

## Materialidade e conexões em Cajazeiras: o inventário de Francisco Beserra de Sousa (séc. XIX)<sup>1</sup>

Material Culture and social networks in Cajazeiras: the inventory of Francisco Beserra de Sousa (19th Century)

**Viviane Gomes Ceballos**

Pós-doutorado em História

Programa Dual Degree Unicamp- Rice University

viviane.gomes@professor.ufcg.edu.br

**Ayrle Alves de Figueiredo**

Graduanda em História

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

alvesayrle@gmail.com

**Recebido em:** 12/08/2021

**Aprovado em:** 11/11/2021

**Resumo:** A utilização da cultura material na pesquisa histórica tem permitido um espaço de ricas discussões para compreensão do século XIX no Brasil. O objetivo deste texto, cuja pesquisa está em andamento, é pensar como a materialidade, através do uso dos inventários post mortem, possibilita entender como se estabeleciam redes de sociabilidade na cidade de Cajazeiras, Paraíba no final do mesmo século, tendo como foco o estudo do inventário de Francisco Beserra de Sousa, considerando a importância do seu cabedal. Fonte rica em informação, esta documentação nos auxilia a conhecer o passado e suas personagens a partir do arrolamento e avaliação dos bens materiais de um sujeito no contexto de morte, ou seja, o patrimônio deixado como herança, possibilitando enxergar a vida material e o cotidiano, além de evidenciar as tramas sociais e o jogo político que contribuem para compreender o contexto do período estudado.

**Palavras-chave:** Cultura material; inventários; patrimônio.

---

<sup>1</sup> As análises feitas aqui partem dos estudos feitos pelo grupo que compõe o projeto PIBIC/CNPq-UFCG intitulado Cidades(s) Fragmentada(s): vida material e conexões sociais em Cajazeiras (1890-1910).

**Abstract:** The aim of this paper is to think about material culture as a perspective for the Brazilian 19th Century studies. The post mortem inventories are the primary source of this research, and allow us to understand how social networks were improved and contributed to the development of Cajazeiras, Paraíba State, Brazil. This research is still in progress and in this paper the analysis is related to the inventory of Francisco Beserra de Sousa, in 1884, a wealthy man whose patrimony gives us tracks to know more about its past and the people who were important to the City at that moment. The description of his assets, as the relation established with others, citizens or foreigners, are a challenging issue for the historians. The family heritage gives us a privileged perspective of the material culture, the material life and the meanings of it to that city and its social and political life.

**Keywords:** Material culture; inventories; patrimony.

**Resumen:** La utilización de la cultura material en la investigación histórica permite ricas discusiones para la comprensión del siglo 19 en Brasil. Nuestro objetivo es pensar cómo la materialidad expresada en el inventario *post-mortem* posibilita comprender cómo las redes de sociabilidad se establecen en la ciudad de Cajazeiras, Paraíba, en fines del siglo 19, sobre todo a partir del inventario de Francisco Beserra de Sousa. Material rico en información, estos documentos nos ayudan a conocer el pasado y los personajes a partir del inventario y de la evaluación de los bienes materiales de un individuo en el contexto de muerte. Así, el patrimonio heredado evidencia las tramas sociales y el juego político del contexto estudiado, nos permite conocer la cultura material y el cotidiano de los involucrados en el proceso. Esta pesquisa todavía está inconclusa.

**Palavras-chave:** Cultura material; inventários; patrimônio.

### Introdução

O estudo da cultura material no Brasil até o final do século XIX estava ligado geralmente à discussão da “[...] história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema da moradia” (MARTINEZ, 2006). Estes documentos de caráter judicial, indicam a descrição e avaliação de uma pessoa (inventariado), em seu contexto de morte, assim visualizamos aquilo que foi deixado como herança. Desta forma, entendemos que o trabalho com os inventários post-mortem é relativamente recente na historiografia, e que aparece até pelo menos o início do século XX como meio de recuperação da história dos grandes nomes (TEIXEIRA, 2012).

Para além de uma análise econômica, estes registros nos mostram a cultura material de uma cidade ou região, suas casas e pertences indicando o meio social em que viviam e as relações sociais

estabelecidas. As tramas da cidade de Cajazeiras, seus causos e práticas são vivenciadas e transformadas pelas personagens que aparecem nas páginas dos inventários. Contudo, é preciso destacar que apenas uma parte da população tinha condições de deixar bens suficientes para serem inventariados, visto que este processo exigia despesas para pagamentos de uma série de documentos necessários e das pessoas que executavam funções em cargos públicos.

Esta cidade inventariada, localizada no extremo ocidental do estado da Paraíba, distante quase 500 km da capital João Pessoa, é lembrada por sua contribuição na educação paraibana desde a fundação do Colégio Padre Rolim no século XIX. Enaltecida pela historiografia local como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, é considerada polo educacional para sertanejos paraibanos e cearenses. Mas não é somente no campo educacional que se destaca. Torna-se importante área comercial para a região do Alto Piranhas, tendo sido emancipada politicamente em 1876 (Lei Provincial nº 616 de 10 de julho de 1876). Marcada historicamente pela ligação política, social, econômica e religiosa, a história da cidade é contada muitas vezes pelos seus filhos ilustres que retratam o lugar e seus costumes de forma memorialística e saudosista às glórias do passado (ROLIM, 2016).

Neste texto analisamos os inventários para além de seu caráter serial, como uma fonte plural em significados que viabiliza uma análise social mais ampla da sociedade através do cabedal como um todo. Consideramos, por exemplo, as relações incorporadas na trama social e o status que representa a posse de determinados bens e funções exercidas na cidade. Reconhecemos que não seja possível, neste momento, mapear a trajetória de como obtiveram e desfizeram-se desses bens se não a partir do cruzamento de dados com outras fontes como certidões de compra e venda - o que é uma pretensão para o futuro<sup>2</sup>.

O processo constitutivo de um inventário obedece a uma ordem específica e quase inalterada ao longo dos anos, possuindo “[...] a abertura, documentos comprobatórios, avaliação dos bens

---

<sup>2</sup> A pesquisa não desconsidera o cruzamento dessas fontes para ampliar as discussões sobre a cultura material da cidade, embora no momento esteja focada nos inventários e em alguns processos complementares encontrados na documentação digitalizada que possam nos dar novos indícios sobre o estudo.

(móveis, imóveis e/ou semoventes<sup>3</sup>), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos bens” (TEIXEIRA, 2012, p. 65). Os processos de inventários eram regidos pelas Ordenações Filipinas. Era esse conjunto legislativo que normatizava os encaminhamentos necessários e como se devia proceder a partilha e outros trâmites do processo, o que só sofrerá alteração com a promulgação do Código Civil Brasileiro no ano de 1916.

Os inventários permitem o acesso às formas como as conexões sociais, políticas e familiares desenrolaram-se na cidade durante a passagem do século XIX para o XX, na medida em que se definiam os participantes do processo de inventário, herdeiros e funcionários públicos envolvidos como juízes, escrivães, procuradores, entre outros. Os dados coletados nos possibilitam conhecer não só a cultura material, como também observar a vida privada das(os) inventariadas(os), assim como seu modo de viver.

Entrar em contato com essa documentação tem permitido problematizar o espaço da cidade de Cajazeiras e refletir sobre a imagem e significados construídos para a mesma assim como das personagens que contribuíram para o desenvolvimento de suas fronteiras físicas e comerciais. Todas as fontes utilizadas para este texto estão disponíveis para pesquisadores em formato digital na 2ª vara do Fórum Ferreira Júnior da cidade de Cajazeiras, Paraíba.<sup>4</sup>

### **Para além da dimensão física, as conexões sociais através dos inventários *post-mortem***

A prática de inventariar bens tornava público o patrimônio da pessoa falecida, assim como os destinos de cada um com a partilha. Em processos que possuem testamento, a partilha ocorria obedecendo aos desejos do(a) inventariado(a); nos casos em que não havia testamento, a partilha era

---

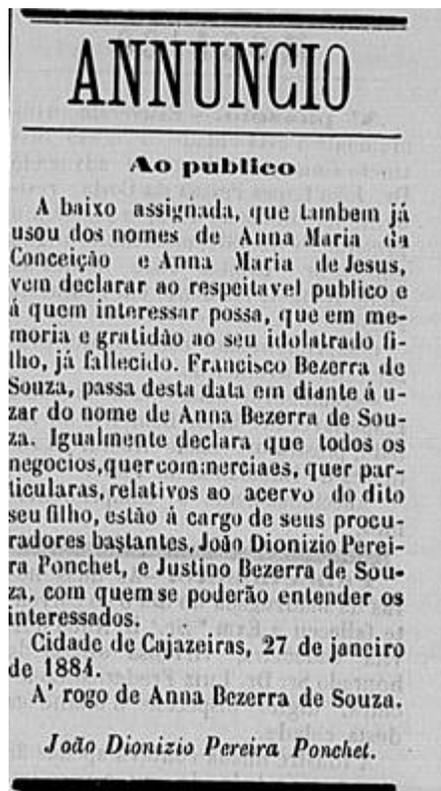
<sup>3</sup> Considera-se como bens semoventes aqueles capazes de mover-se ou seja, animais e no período em questão também pessoas escravizadas.

<sup>4</sup> Os processos da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior, entre os anos de 1876 e 1930, foram digitalizados pela equipe de pesquisa e gravados em CDs disponibilizados para o Fórum. Assim, todos esses documentos encontram-se disponíveis para pesquisa sem necessidade de trato direto com a documentação.

realizada a partir da justa divisão, reservando-se a metade dos bens para o(a) cônjuge, e o restante dos bens divididos igualmente entre os demais herdeiros. Em inventários de homens, ao receber a meação dos bens a mulher poderia assumir como cabeça de casal, ou seja, ela assume a administração dos bens e o lugar de responsável pela casa.

Os bens do(a) falecido(a) poderiam passar ao seu ascendente em grau mais próximo se não se apresentassem descendentes, como é o caso de Francisco Beserra de Sousa, que solteiro e sem filhos, faleceu em 1884 deixando sua mãe, Dona Anna Beserra de Sousa, como “universal herdeira de seus bens pela lei da sucessão [sic]”. Dona Anna reserva para si a terça parte da herança, um montante de 63:932\$668 (sessenta e três contos, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito réis), repartindo as demais partes entre os irmãos e sobrinhos do falecido, cada um ficando com 9:835\$795 (nove contos, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco réis). Um anúncio no jornal Liberal Parahybano, de 9 de maio de 1884, declarava que os procuradores de Dona Anna Beserra, seu filho Justino Bezerra de Sousa e João Dionizio Pereira Panchet, eram os responsáveis por tratarem dos negócios comerciais e particulares de seu falecido filho Francisco Beserra de Sousa.

Imagem 1 - Anúncio ao público sobre Anna Beserra de Sousa.



Fonte: Acervo de Microfilmes do CCHLA/UFPB. Disponível em:  
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/oliberalparahybano1884.html>

Diferente de outros documentos lidos do período, esse inventário traz o arrolamento de bens com descrições pormenorizadas e com detalhes que influenciam diretamente sobre o preço final dado pelos avaliadores (louvados). O Juiz de Órfãos nomeava dois louvados que, em seu ofício, podiam supervalorizar ou subavaliar os bens de acordo com os interesses envolvidos, assim como o interesse de pessoas próximas. Não podemos esquecer que essas pessoas estavam imersas em relações políticas, sociais e econômicas em um lugar em que “não existia, à época dos inventários do século XIX, qualquer tipo de instrumento que guiasse as avaliações, a não ser a prática cotidiana e a boa fé dos avaliadores, responsáveis por determinar os preços dos bens.” (COSTA, 2013, p. 8) Dessa forma, fica clara a importância de entender as relações que esses agentes do Estado estabeleciam

com membros da comunidade cajazeirense. Ocupar esses espaços tornava-os personagens importantes na trama social daquele momento.

Ao analisarmos os inventários, adentramos então as casas e os espaços vividos pelos inventariados e suas famílias na medida em que vemos os inventários como câmeras que “[...] capturam uma espécie de instantâneo da vida familiar a desvelar seu microcosmo de bens, desejos e conflitos”, (MACÊDO, 2007, p. 84) fazendo-nos enxergar a riqueza do cabedal.

É preciso salientar que a ideia de riqueza presente no inventário extrapola o valor monetário, ao compreender também o valor simbólico dos bens inventariados. Partindo dessa reflexão, são as relações entre inventariado e objeto, e as conexões sociais promovidas através da cultura material que nos interessa e possibilita conhecer um pouco da história da cidade. O inventário de Francisco Beserra de Sousa permite visualizar possibilidades de inserção na Cajazeiras recém emancipada, seja a partir das várias edificações e partes de terra inventariadas; das tramas da sociabilidade que formalmente se faziam nos contratos de compra e venda; da comercialização das fazendas (tecidos); e dos empréstimos.

A questão do endividamento presente nesse processo caracteriza parte do que entendemos como essas redes de sociabilidade, afinal, através do arrolamento de dívidas ativas uma série de outras pessoas aparecem exibindo essa relação e a forma como Francisco Beserra está presente na cidade com laços de parentesco e amizade que evidenciam um sistema de parentela como trabalha Linda Lewin (1993) ao analisar a política oligárquica na Paraíba durante a República Velha. Vemos, por exemplo, animais e móveis emprestados ou “em poder” de parentes e pessoas de cargos públicos como “uma comoda pequena que se acha em poder do Doutor Feliciano” [sic] ou a “meza grande de jantar em poder de Capitão Cula” [sic]. Dentre os inventários pesquisados até o momento, este é o que apresenta as informações de forma mais detalhada e que nos permite vislumbrar a importância do comércio para esta cidade.

### O rol da fortuna: bens de Francisco Beserra de Sousa

Nos inventários, antes de ocorrer a partilha e transmissão dos bens aos herdeiros, estes são arrolados (subdivididos em categorias) e avaliados. As subdivisões que formam o espólio da pessoa falecida e que pudemos identificar nos processos analisados são: mobiliário; pertences e utensílios domésticos; bens semoventes, ou seja, animais e pessoas escravizadas; bens de raiz; joias; instrumentos profissionais; mercadorias; e dívidas ativas e passivas. A análise dessas categorias permite observar as atividades econômicas desenvolvidas, as relações estabelecidas e a dinâmica da concentração de bens e investimentos, demonstrando assim a complexidade das relações em que estavam inseridos.

Na análise do inventário de Francisco Beserra, a composição de seu patrimônio concentrava-se, sobretudo, em dívidas ativas, mercadorias e bens semoventes. O grande número de mercadorias presentes no inventário e de dívidas ativas nos permite inferir que Francisco Beserra, apesar de muito novo, era importante comerciante na cidade de Cajazeiras. Seu inventário é o único processo lido, até o momento, com enorme quantidade de bens e detalhamento minucioso no seu arrolamento. O processo contém 450 páginas, e apresenta um monte-mor<sup>5</sup> que chega à soma de 193:798\$005 (cento e noventa e três contos, setecentos e noventa e oito mil, e cinco réis), uma fortuna impactante, principalmente ao considerar que o mesmo faleceu aos 42 anos e solteiro. Segundo Deusdedit Leitão (2005), Francisco Beserra de Sousa foi um homem público e de muitas posses, e "alcançou destacada posição em sua cidade como comerciante e político. Foi, em seu município, um dos fundadores do Partido Liberal que representou como vereador. [...]. Foi um dos maiores proprietários do sertão paraibano." (LEITÃO, 2005, p. 28) O montante do seu patrimônio e sua atuação pública, nos intriga e nos instiga a querer conhecer um pouco mais sobre este personagem e as relações que estabeleceu com tantos outros.

---

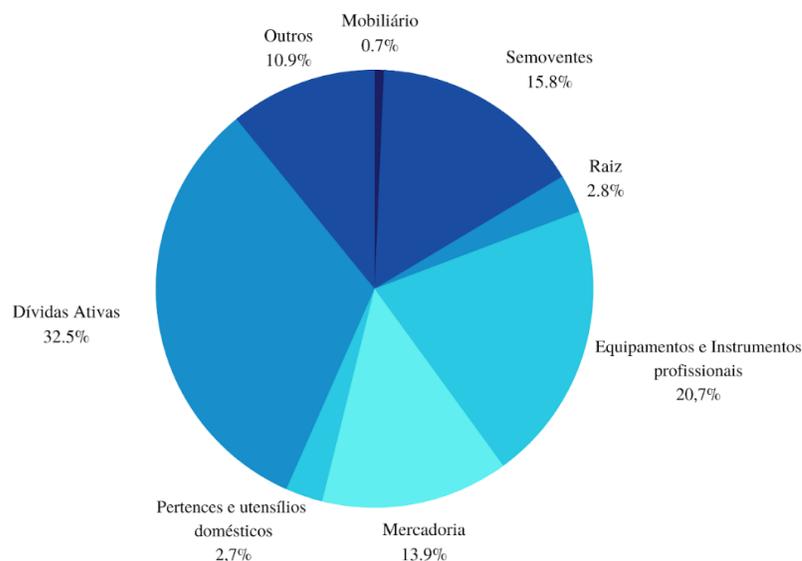
<sup>5</sup> O monte mor é a soma de todos os bens que constam no inventário, já o monte líquido é a quantia dividida entre os herdeiros após o pagamento das custas do processo.

A escolha em trabalhar com esse documento em particular não se justifica pela posição social ocupada pelo inventariado e sim por ser este um processo que aciona diversos outros nomes que nos ajudam a conhecer a estrutura dos laços sociais e econômicos da cidade. Ainda assim, o monte-mor do inventário indica a posição de prestígio e distinção ocupada por Francisco Beserra, e diferente do que possamos imaginar, nem sempre sua família ocupou posição de prestígio social. O que nos indica esse fato, é o conteúdo de uma petição de justificação de herança movida por Pedro de Lavôr Paes Barrêto (ex-marido de sua sobrinha e herdeira):

Só depois do filis successo de seu filho Francisco Biserra de Sousa no comercio desta cidade que Manoel Biserra comprou o sitio alagoinha onde morava a favor do tenente Joaquim de Sousa Rolim tendo morado antes no sitio Catolé de cima a favor do Capitão Serafim Gomes de Albuquerque e de sua familia e sempre pobrememente, [...] accresce ainda que Francisco Biserra pagara em o estabelecimento commercial do tenente Sabino de Sousa Coêlho dusetos a tresentos mil reis que seu pai ficara a dever-lhe. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884.)

A compra do sítio aparece no inventário não sendo informado o ano da passagem da escritura, e Francisco Beserra constrói ali uma casa de vivenda de tijolo e taipa. Apesar de não haver especificação do ano em que o mesmo passa a lidar com o comércio, entendemos que as aquisições de terras, casas e semoventes ocorreram após esse momento, assim como o fato de até agora, segundo os dados obtidos com a leitura da documentação ele ser caracterizado como o maior credor da cidade. Podemos ver como seu patrimônio estava disposto em 1884 no gráfico seguinte:

Gráfico 1 – Porcentagem dos bens de Francisco Beserra de Sousa, 1884



Fonte: Elaborado por Ayrle Alves de Figueiredo (2021)

Como já dito, Francisco Beserra foi um homem do comércio, e a maior parte do seu patrimônio é composto de dívidas ativas (32,5%), seguido de equipamentos e instrumentos profissionais (20,7%), bens semoventes (15,8%) e mercadorias (13,9%). É necessário pontuar que os equipamentos e instrumentos profissionais em grande parte poderiam ser também mercadoria, já que são apresentados em grande quantidade, o que seria desproporcional ao uso doméstico. Por exemplo, 400 enxadas grandes no valor unitário de \$620 réis; assim como são declarados na categoria “Outros” (10,9%) itens como meias, chapéus, resmas de diferentes papéis, caixas de botões, fechaduras e outros bens em grande quantidade, e que importaram a quantia de 1:258\$085 (um conto, duzentos e cinquenta e oito mil e oitenta e cinco réis).

De acordo com o que vimos no gráfico acima, as dívidas ativas constituem a maior parte do patrimônio de Francisco Beserra; pela profissão de comerciante, o inventariante é credor de um total de 1.354 dívidas que somam a quantia de 96:168\$985 (noventa e seus contos, cento e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco réis), registros que equivalem a 32,5% do cabedal. Aqui não

consideramos o valor monetário das dívidas, mas a natureza delas, que configuram relações entre credores e devedores na cidade. Cláudia Martinez, em diálogo com a economista Zélia Cardoso de Mello, afirma que “[...] as dívidas relacionavam-se diretamente ao sistema creditício e financeiro da sociedade oitocentista. A ausência e/ou a ineficiência das instituições bancárias transformava alguns indivíduos em emprestadores particulares, possibilitando a circulação de dinheiro.” (MELLO, 1985, p. 92 *apud* MARTINEZ, 2004, p.9)

Ainda que a origem de cada dívida no inventário de Francisco Beserra não seja conhecida, ao cruzar fontes é possível ver a natureza de algumas delas. No inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus há uma dívida no valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis) “provenientes de fazendas delle comprada e dinheiro de empréstimo”, indicando a compra em uma de suas casas de comércio. Infere-se que a natureza das demais dívidas ativas, devido o volume de mercadoria 12:935\$950 (doze contos, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta réis), é proveniente também do comércio de fazendas (tecidos), a conclusão é feita baseada ainda na presença de quatro propriedades na Rua do Comércio da cidade, que indica a característica principal de sua atividade econômica, além de apresentar itens importados como peças de cambraia e casimira. Por outro lado, nota-se uma diversificação dos itens comercializados pelo mesmo devido à descrição de uma dívida no inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, pela compra de pratos, lenços e vinhos ao Francisco Beserra.

Chama-se atenção ainda ao fato de entre as dívidas arroladas estarem como devedores pessoas escravizadas e forras, como “Luis escravo que foi dos Cartaxos”; “O escravo Felippin do Doutor Hardman” que exerce a função de juiz de direito; “José escravo de Manoel Cesario”; e “Chico escravo de Capueira”. Nenhuma dessas dívidas tem valor superior a 70\$000 (setenta mil réis). Não há registro no inventário de Francisco Beserra de escravizados dentre os bens semoventes arrolados. Isso deve-se ao fato de que ele determinou que fossem libertados os escravizados de sua posse, segundo informa sua mãe no processo de inventário: “por desejo do filho falecido, dar-se liberdade aos seguintes escravos do espólio: Luiz, Manoel, José, Lisbão e Collecta e seu filho

Antonio”. Todas as dívidas ativas são, assim como os demais bens, repartidas entre a mãe, 12 irmãos e irmãs, e 1 sobrinha.

Francisco Beserra de Sousa foi também possuidor de uma grande quantidade de casas, sendo um total de 83 propriedades divididas em vinte e uma ruas da cidade. Em 11 delas o mesmo possuía três ou mais casas. Para entender o contexto de tamanho investimento, é preciso enfatizar que na passagem do século XIX para o século XX há um momento de melhorias na cidade com o desenvolvimento econômico possibilitado em grande parte pela produção algodoeira e o crescimento urbano (ROLIM, 2010). Eliane Rolim afirma que este desenvolvimento, unido ao avanço do consumo e do crescimento industrial, gera acúmulo de capital suficiente para que haja investimento em bens patrimoniais como as edificações (ROLIM, 2010, p. 45). A proximidade com o Rio Piranhas, no alto sertão paraibano, fazia de Cajazeiras local propício ao cultivo do algodão, como afirma Linda Lewin que por ser uma

Região de elevações menores, o alto sertão recebia mais chuva do que o cariri. Uma umidade moderada e um solo arenoso e retentor de água ao longo das margens dos rios proporcionavam condições naturais ótimas para o cultivo do algodão arbóreo, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha. (LEWIN, 1993, p. 42)

O cultivo e o comércio do algodão acabam sendo fator importante no processo de desenvolvimento da área urbana da cidade, como afirma Silva Filho (1999). Nota-se que a cultura do algodão é então fator para tratar do desenvolvimento da cidade e do enriquecimento local. No inventário aqui analisado há três máquinas para descaroçamento do algodão, uma na Fazenda de criação chamada Arara, outra no Sítio Mellão em Lavras na província do Ceará e uma no Sítio Monte na Alagôa de São Francisco. Este último possui ainda em sua descrição uma casa de vivenda em grande parte de tijolo, casa de engenho, um alambique de cobre e diversas outras benfeitorias e mobília, sendo avaliado em 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis).

A técnica construtiva utilizada tanto nas casas de vivenda (morada), como nas casas de comércio, indica o estilo presente na cultura material do século XIX no sertão. A maior parte das

casas era feita de taipa, mas percebe-se uma alteração nos modelos e nas técnicas construtivas ao longo do tempo. De acordo com Tadeu Pereira da Silva, “o uso da taipa como material de construção das moradias em fins do século XVIII não implica dizer que seus donos fizessem parte do extrato pobre da população” (2017, p. 38), contudo, por serem mais caros, o uso de tijolos de barro na construção provavelmente era reservado à elite local em um primeiro momento, enquanto a utilização do item se deu de maneira gradativa também pela falta de lugares de produção dos mesmos.

O detalhamento desse inventário nos permite conhecer outras características que eram consideradas importantes para o reconhecimento do status do seu proprietário, como a quantidade de cômodos e especificidades das casas. A grande maioria possui ao menos uma porta, sendo mais comum possuir duas portas, uma de frente e uma de fundo, com destaque para o elevado número de janelas, cozinha, normalmente duas salas, quartos, e em menor número apresentam muro, sótão [sic], alpendre ou telheiro e oitão.

A presença de sótãos em três casas do inventário nos deixa perceber também mudanças no sistema construtivo adotado no século XIX em relação às técnicas usadas anteriormente, em que,

[...] mesmo quando construídas em taipa, essas casas pertenciam a segmentos abastados da sociedade sertaneja e que o advento da alvenaria no século XIX permitiria que as residências sertanejas passassem a ter novos espaços, como sótão e paióis assim como a presença de um mobiliário limitado eram supridos por soluções práticas que utilizavam a própria estrutura dessas casas. (SILVA, 2017, p. 111)

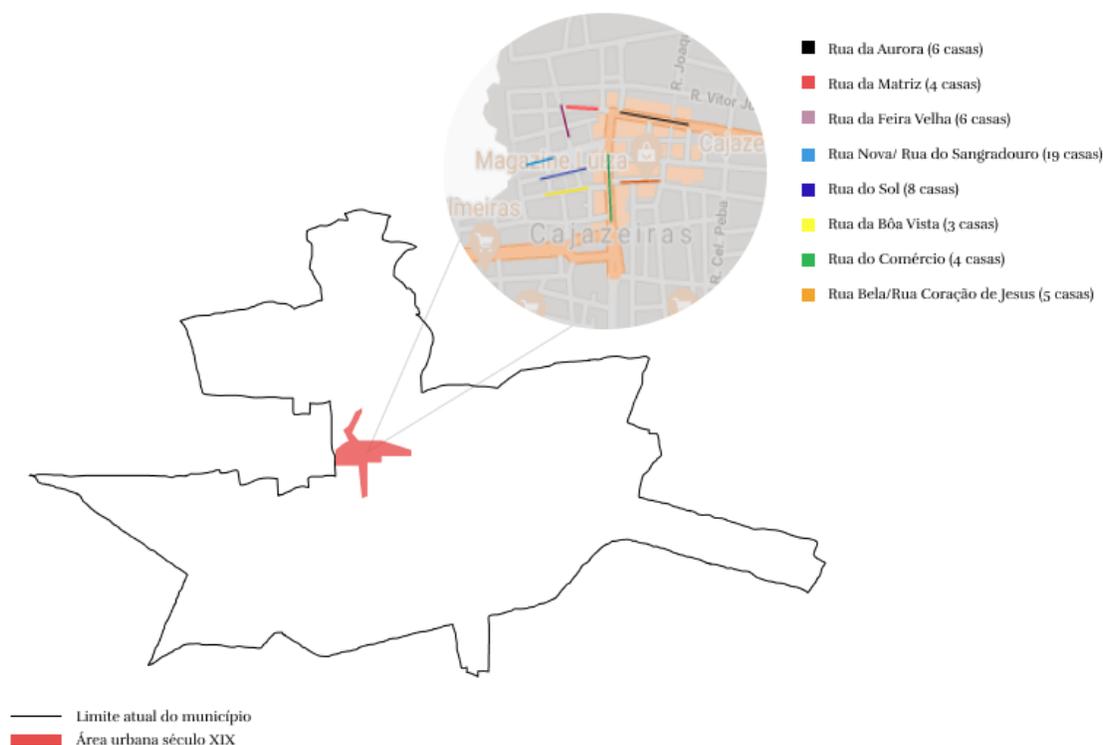
Em algumas descrições dessas casas se encontram as medidas de frente e de fundo, e informações que nos ajudam no processo de georreferenciamento destas propriedades. É o caso das casas da Rua Formosa, que indica que uma está “em um terreno de quatro braças de frente de Nascente á Poente e quatorze de fundo de Sul á Norte” (fl. 22); e outra “em um terreno de trez braças de frente de Nascente á Poente e quatorze de fundo de Sul á Norte” [sic] (fl. 22)<sup>6</sup>. Estes dados

---

<sup>6</sup> Cada braça de terra corresponde a 2,2 metros. Fonte: [https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas\\_Conversoes.pdf](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf).

têm nos permitido localizar grande parte das residências através do cruzamento de dados com o livro Ruas de Cajazeiras de Deusdedit Leitão, em que ele identifica o número de casas que existiam em cada rua e indica quantas eram residenciais e quantas eram comerciais. Leitão usa os registros de impostos prediais recolhidos no ano de 1890 como base para esse levantamento. Estes dados nos permitem elaborar alguns mapas e visualizar em parte os limites urbanos da cidade, percebendo a alteração dos contornos da cidade ao longo dos anos.

**Imagem 2 - Mapa indicando parte das casas de Francisco Beserra de Sousa**



Fonte: Elaborado por Ayrle Alves de Figueiredo (2021)

O inventariado teria edificado um total de 13 casas além de ter reedificado 2 das quais obteve por compra. Comprou 59 propriedades (fl. 11 a 24) na zona urbana da cidade de Cajazeiras e nas cidades de Missão Velha, Brejo dos Santos e Milagres, no estado do Ceará (fl. 23 e 24) e ainda tinha

nos bens 4 casas adjudicadas, ou seja, dadas como pagamentos de dívidas - sendo uma no inventário de Josefa Candida Bezerra e três no inventário de Luis Ambrozio Pereira Panchet.

As descrições das casas localizadas na Rua da Aurora, com o nome atual de Rua Padre Rolim, uma das principais vias da área urbana da cidade, avaliadas em 2:700\$000 (dois contos e setecentos mil réis), indicam a organização do espaço doméstico, os móveis utilizados em ambientes para receber as visitas:

Uma casa de tijollo, com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janellas e na outra duas portas e cinco janellas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e trez de fundo, pertencente ao Patrimonio da Padroeira, comprehendendo-se nella uma mobilia com os seguintes moveis: seis cadeiras pequenas, duas de balanço, trez de braço, um sofá, empalhados, uma comoda, uma mezinha redonda, duas banquinhas, uma meza de jantar, uma caixão para deposito, um relógio de parede, um espelho mediano, um jougo de bahus, trez lanternas com castiçais, um candieiro á gaz e outros moveis, sendo dita casa edificada por Francisco Bezerra de Souza. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

Na mesma rua possui ainda “uma casa com trez braças de frente e vinte e cinco de fundo, uma porta e duas janellas de frente e uma janella de fundo, duas sallas, trez quartos, cozinha e muro, em branco, em torno do Patrimonio da Padroeira” [sic], avaliada pelos louvados no valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis). Dentre os documentos lidos esses imóveis estão entre os mais valorizados devido a presença de alguns componentes, como é o caso da quantidade de portas e janelas além da mobília, o que poderia agregar maior valor à casa sendo os mesmos enfatizados nas descrições (MACÊDO, 2007, p. 149), neste exemplo a localização em questão faz com que esse imóvel atinja um preço mais elevado que os demais, sendo esse já um ponto central e valorizado da urbe.

As pesquisas sobre as casas construídas nesse período, “[...] não só refletem os costumes e os aspectos da sociedade dessa época, como também o processo evolutivo ao longo dos séculos precedentes que possibilitaram que elas apresentassem os aspectos que agora conheceremos.” (SILVA, 2017, p. 42), através delas é possível entender seus usos e detalhes das práticas de

sociabilidade, ou seja, entender o modo de morar e viver no sertão paraibano. Partindo dessa ótica, pensar o espaço físico através da documentação possibilita encontrar a comunidade local ali inserida e seus laços; são frequentes as referências de delimitações de casas e terras à outras pessoas nas tentativas de obter maior prestígio ou status e também referências à elementos do espaço geográfico (rios, riachos), qualidade e uso da terra no caso de sítios e partes de terra. (MARTINEZ, 2006)

As terras de Francisco Beserra assumem lugar de destaque não só pelo seu valor, mas por se configurarem como terras para criação de gado. No arrolamento dos bens, o gado é classificado e separado por espécie e por fazenda, por exemplo, é descrito primeiro o gado vacum das fazendas Montes, Morros, Arara, Bico d'Arara, Catolé, Riachão, Serrote, Taboleiro Grande, Guaribas e Valle Verde, logo após o gado cavalari e muar, para entender a dimensão dos valores em bens semoventes, a tabela abaixo demonstra a forma como os animais vêm distribuídos no inventário e representa a importância dos mesmos no seu cabedal.

**Tabela 1 – Bens semoventes de Francisco Beserra de Sousa, 1884**

<b>G</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Espécie</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
a d o V a c u m ( f l . 0 6 )	Fazenda dos Montes	Vacas (paridas e solteiras)	78	3:685\$000
		Novilhotes (as)	35	995\$000
		Garrotes (as)	41	756\$000
		Bois	16	1:170\$000
		Novilho	01	50\$000
	Fazenda Morros	Vacas (paridas e solteira)	23	1:300\$000
		Novilhotes (as)	09	260\$000
		Garrotes (as)	09	153\$000
		Bois	02	80\$000
		Novilho	01	50\$000
	Arara	Vacas (paridas e solteiras)	39	1:875\$000
		Novilhotes (as)	27	735\$000
		Garrotes (as)	20	360\$000
		Novilho	01	50\$000
	Bico d'Arara	Vacas (paridas e solteiras)	29	1:400\$000
		Novilhotes (as)	12	315\$000
		Garrotes (as)	12	216\$000
		Novilho	01	50\$000
	Catolé	Vacas (paridas e solteiras)	22	1:060\$000
		Novilhotes (as)	13	390\$000
		Garrotes (as)	10	188\$000
		Bois	01	50\$000
		Novilho	01	50\$000
	Riachão	Vacas (paridas e solteiras)	06	185\$000
		Novilhotes (as)	04	105\$000
		Garrotes (as)	03	75\$000
		Bois	02	80\$000
	Serrote	Vacas (paridas e solteiras)	16	300\$000
		Novilhotes (as)	02	50\$000
		Garrotes (as)	04	80\$000
	Taboleiro Grande	Vacas (paridas e solteiras)	04	190\$000
		Novilhotes (as)	01	25\$000
	Guaribas	Vacas (paridas e solteiras)	16	755\$000
Novilhotes (as)		03	75\$000	
Garrotes (as)		07	124\$000	
Valle Verde	Vacas (paridas e solteiras)	02	235\$000	
	Novilhotes (as)	04	110\$000	
	Garrotes (as)	06	120\$000	

G a d o C a v a l l a r e M u a r ( fl · 0 7 )		Bois	02	90\$000
	Montes	Bestas (paridas e solteiras)	20	1:040\$000
		Cavallos	16	1:010\$000
		Poldros	05	200\$000
		Burras	11	1:180\$000
		Jumento	01	150\$000
	Bico d' Arara	Bestas (paridas e solteiras)	21	1:270\$000
		Cavallos	10	765\$000
		Poldros	12	480\$000
		Burras	04	420\$000
		Jumento	01	100\$000
	Morros	Bestas (paridas e solteiras)	12	770\$000
		Poldros	05	200\$000
		Cavallos	14	920\$000
		Jumentos (as)	8	510\$000
Cavallos do Arara	Cavalos	17	1:315\$000	

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884. Elaborada pela autora (2020).

Tamanho patrimônio em gado impressiona, assim como o fato de estarem divididos por terras. Janice Correa Silva analisando os patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas nos diz que “evidentemente, as terras apresentavam-se como um importante elemento dentro do quadro de riquezas no sertão do Rio Piranhas, visto que eram extremamente necessárias para criação de gado” (2013, p. 49), assim, vemos que possuir esses bens conferia determinada fonte de riqueza e distinção social em status e poder.

A respeito das propriedades rurais observamos um total de trinta e cinco, estando entre elas partes de terras, sítios, fazenda de crear [sic], frente de terras e as diversas benfeitorias e utensílios que acompanhavam todos os tipos de propriedades descritas, sendo obtidas quatro delas por pagamento

de dívidas, uma construída pelo próprio e trinta através de compras tanto em Cajazeiras como na província vizinha, Ceará.

Apesar de nove propriedades rurais, o que representa 26% do total das terras, não terem sido registradas no inventário com data de escritura (pública ou particular) passada ao comprador, o gráfico 1 (ver acima) nos permite acessar outras informações relevantes, como a compra de 10 propriedades entre 1883 e 1884, últimos anos de vida do inventariado, o que demonstra um crescente investimento em terras nesse período. Estas terras somadas, foram avaliadas pelos louvados em 12:995\$000 (doze contos, novecentos e noventa e cinco mil réis).

Chama-se ainda atenção para a riqueza de detalhes das propriedades descritas. É comum apresentar o nome dos envolvidos nessas compras, as extensões da terra – algumas com precisão – também os limites de fronteiras com os confrontantes (ALENCAR, 2014).

Um sitio denominado Montes sito na data da Alagôa de São Francisco deste termo com setenta e duas braças e mais dois mil reis de terras no valor antigo na data de sobra anexa á aquella limitando-se dito sitio pelo lado do Nascente com o sitio de Duarte Antonio Cardoso, pelo lado do Poente com as Fasendas Casa Nova e Baixa Grande, pelo lado do Sul com o sitio de Ignacio de Souza e pelo lado do Norte com o sitio de João de Souza Rolim, fazendo partes componentes de dito sitio, quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua môr parte de alvenaria, uma casa de engenho com seos utencilios technicos e na qual existe um alambique de cobre com seos utencilios e mais um pote de outro alambique, os utencilios proprios de fabricar farinha, uma casa de bulandeira com machina para descaroçar algodão e suas pertenças, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobilia e moveis rusticos, trastes e mais pertenças e [?] moveis e imoveis comprado como se vê das escripturas publicas passadas pelos Tabeliões Estolano Alves dos Santos e Manoel Cassiano Ferreira Dantas em datas: a primeira de oito de março de mil oitocentos e setenta e oito e a segunda em data de vinte oito de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e quatro á Joaquim Ferreira Dom Quixote e sua mulher por Francisco Beserra de Souza e sua sucessora. [sic](Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884, Fl. 29)

Sobre as escrituras de bens de raiz, Ana Cecília Farias de Alencar assinala que “as de compra e venda sobre bens rurais tratavam dos contratos realizados entre o outorgante, que era aquele que vendia a terra; e o outorgado, o que comprava” (ALENCAR, 2014, p. 85), essas figuras descritas nas escrituras demonstram perceber a atuação das mesmas nas redes de sociabilidade e nas articulações

de contratos entre famílias distintas. Os limites e fronteiras descritos poderiam conferir uma valorização do bem, principalmente se considerarmos, no caso acima, os limites ao norte com um integrante de uma das famílias mais notáveis da cidade.

Algumas dessas propriedades foram vendidas com construções e benfeitorias, como casas de vivenda, açudes de terra, casas deterioradas, engenhos de pão ou de moer cannas [sic], cercados e currais, além da presença de mobília, “móveis rústicos”, e diversos utensílios. A presença dessas construções descritas valorizavam o bem e conseqüentemente o seu valor monetário, o que observa-se com frequência nos bens de raiz arrolados no inventário estudado. Também é possível ver que nas casas em que determinados ambientes são descritos como “em preto”, ou “ainda em preto”, o que significa que estes não possuíam reboco (DE QUEIROZ, 2013), são atribuídos valores inferiores, não ultrapassando 300\$000 (trezentos mil réis), reservando à exceção duas casas edificadas pelo próprio inventariado, em preto por dentro, ambas na Rua da Aurora nos valores de 600\$000 (seiscentos mil réis) e 700\$000 (setecentos mil réis) e uma casa na Rua da Bôa Vista no valor de 1:000\$000 (um conto de réis).

São nos detalhes de cada descrição, dos espaços das casas e suas características, que se desenham as especificidades dos ambientes e seus usos, assim como daqueles que os utilizavam, sejam as salas destinadas a receber visitas, as cozinhas que funcionavam com suas demandas ou o uso das prateleiras das lojas de comércio de fazendas ou miudezas. Em meio a relação entre o bem, o possuidor e para quem se destina, se compõem os complexos laços sociais que mesmo não dando conta da definição do que era Cajazeiras, fazem parte da construção da recém emancipada cidade.

### **Considerações finais**

A pesquisa continua em andamento e até o momento as leituras dos processos de inventário nos levaram à incorporação de novas fontes, como declarações de compra e venda ou pequenos contratos encontrados com surpresa em meio à documentação, que permitem acessar e explorar a

cidade de Cajazeiras e as teias que se formam entre o social e o urbano no final do século XIX. Características reveladoras de um cabedal de tamanha fortuna como o de Francisco Beserra de Sousa indicam a crescente importância da cidade no cenário do alto sertão da Paraíba, principalmente com as atividades econômicas proporcionadas pela feira e a cultura e comercialização do algodão. Embora essa riqueza monetária salte aos olhos, a quantidade de relações que ganham visibilidade nesse processo nos instiga a concentrar os esforços em saber mais sobre estes personagens, que também participam das transformações na cidade e que não são tão conhecidos como os homens públicos constantemente referenciados nos seus textos memorialísticos e históricos.

Os investimentos em animais e terras observados no processo representam símbolos de riqueza e poder social vistos no período estudado e que nos foi possível entender a partir do diálogo entre a documentação e a bibliografia trabalhada. Devido ao número de propriedades adquiridas por Francisco Beserra, tanto rurais quanto urbanas, ampliamos o conhecimento sobre os limites da crescente cidade de Cajazeiras. O trabalho de Deusdedit Leitão (2005) torna possível acessar determinadas mudanças nos contornos de sua malha urbana pela indicação da quantidade de imóveis residenciais e de uso comercial, ao passo em que mapeamos a cidade que se consolidava.

Trabalhar com inventários *post mortem* é uma dentre as inúmeras formas de ver e perceber a cidade e suas personagens; um diálogo entre o urbano e a cultura material que se faz desde as tensões e transformações do espaço às nossas inquietações quando lemos e exploramos a fonte, leitura essa que se propõe a romper com os olhares solidificados sobre a cidade. Cada vez mais essa pesquisa tem nos possibilitado conhecer personagens que, até então, são invisibilizados pelos escritos sobre a cidade e que merecem ter o seu protagonismo reconhecido no processo de sua consolidação.

## Fontes e bibliografia

### 1. Fontes:

1. Inventário de Francisco Beserra de Sousa – Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior,

Cajazeiras, PB (1884\_processo).

2. Auto de petição de justificação de herança – Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior,

Cajazeiras, PB (1895\_35 processo(CaixaAmarla\_1864.1865).

3. Anúncio ao público sobre Anna Beserra de Sousa – Acervo de Microfilmes do

CCHLA/UFPB

(<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/oliberalparahybano1884.html>).

## 2. Referências bibliográficas:

ALENCAR, A. C. F. **DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**; 2014; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará.

COSTA, Manuela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO** Porto, 2004 I Série vol. III, pp. 137-161. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>> . Acesso em:19/09/2020.

COSTA, Fernando Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. **Histórica**, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 06-17, dez. 2013.

DE QUEIROZ, Pedro Fernandes. O DESVENDAMENTO DA PROPALADA LIBERDADE DO VAQUEIRO: AS BASES DE PODER NO SERTÃO SERIDOENSE. **Revista Sertões**, v. 3, n. 2, p. 03-19, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/1228/678>>. Acesso em: 18/06/2021.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **Ruas de Cajazeiras**. Gráfica Ideal - Cajazeiras-PB, 2005.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraobeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1340/1304>>. Acesso em: 20/09/2020.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6038/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21/09/2020.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero**. – Olinda: Livro Rápido, 2016.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do rio Piranhas, Capitania da Parahyba Norte (segunda metade do séc. XVIII)**. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa, 2013.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradas rurais na Cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia (UFCG-CFP). Cajazeiras, 2017.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.